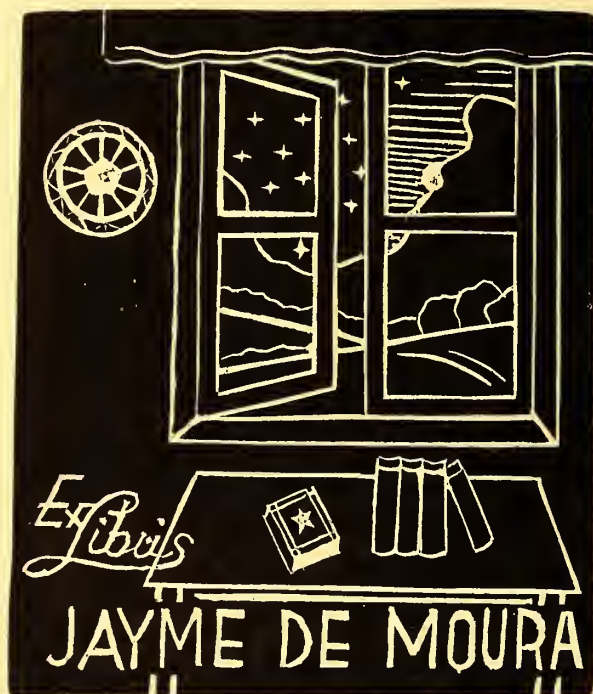


9225

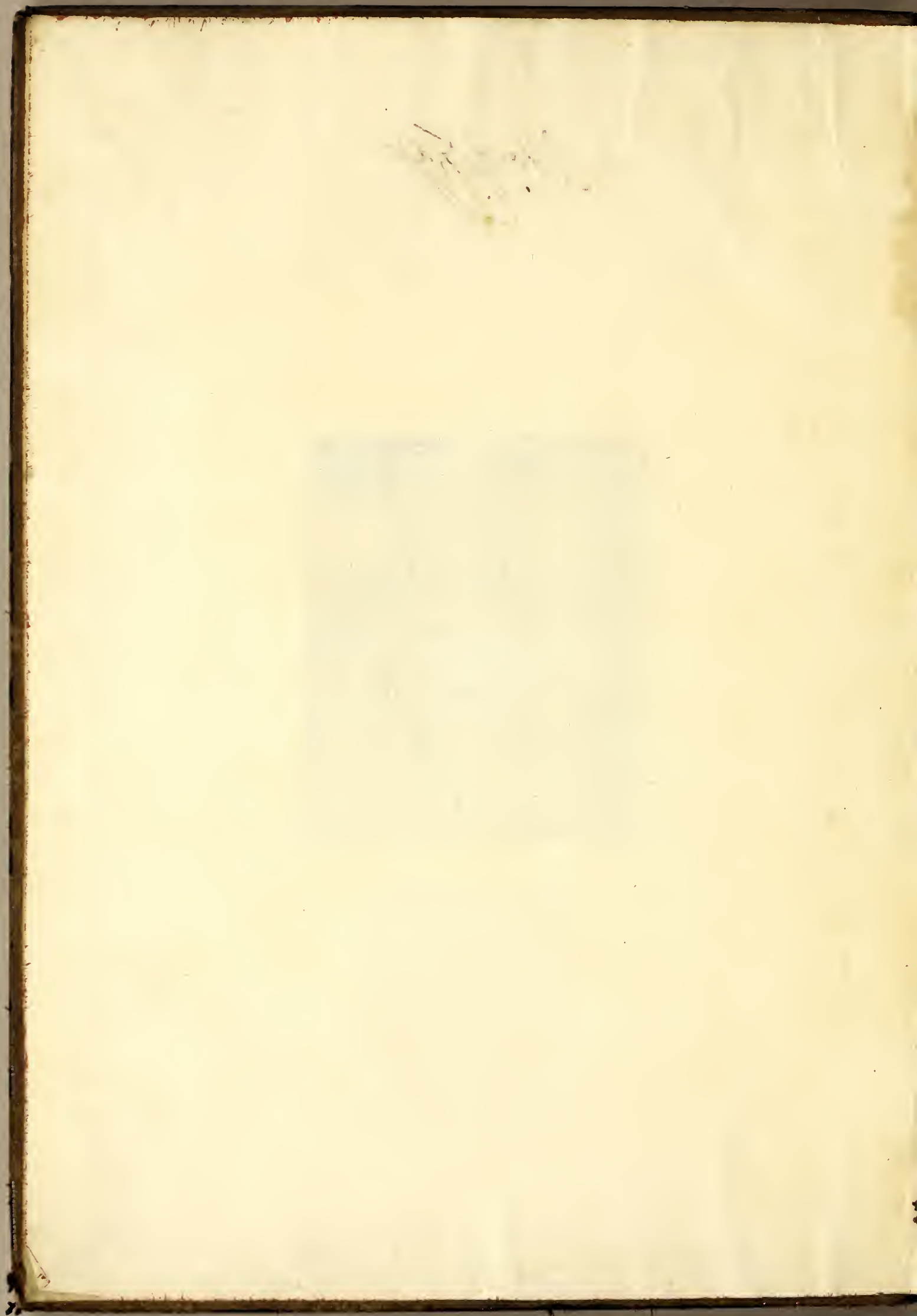


JOHN CARTER BROWN
LIBRARY

Purchased from the
Trust Fund of
Lathrop Colgate Harper
LITT. D.

250.

W. J. G.



16-243.

DECRETO.



Or quanto resulta grande inconveniente a meu serviço da frouxidaõ, com que se fazem os lançamentos do Subsidio Militar das Decimias, e as remessas ao Thesouro Geral; e tambem a indifferença, com que se cumprem as Ordens, e Avisos dos Superintendentes Gerães: Seguindo-se com estas interpolaçoens grande detrimento ao fim do seu destino, tantas vezes recomendado: Para evitar hum, e outro prejuizo: Hey por bem, que aquellos Ministros encarregados dos ditos lançamentos, e cobranças, não possam ser occupados em meu serviço daqui em diante, sem que mostrem Certidoens, extrahidas do meu Real Erario, e dos Superintendentes Gerães dos livros dos Registos; para fazerem constar, que cumprirão os Avisos, e fizerão os lançamentos, e remessas no tempo devido, conforme o Regimento, e Instrucçoens para este caso estabelecidas. A Mesa do Desembargo do Paço o tenha assim entendido, e faça executar. E quando succeda, que Eu faça mercê de despachar sem Consulta a algum dos sobreditos Ministros, se praticará este Decreto na expedição da sua Carta, não se lhe passando, sem que apresente as sobreditas Certidoens. Palacio de Nossa Senhora da Ajuda, a vinte e dous de Março de mil setecentos e sessenta e tres.

COM A RUBRICA DE S. Magestade.

REGIMENTO DAS DECIMAS.



U ELREY. FAÇO SABER AO Presidente, Vereadores, e Procuradores desta muy nobre, e sempre leal Cidade de Lisboa, e aos Procuradores dos Mesteres della, e a todos os Ministros, Officiaes, e mais Cameras das Cidades, Villas, e Lugares destes Reinos, e Senhorios de Portugal, Algarves, e Ilhas, que mandando eu propôr aos Estados juntos nestas ultimas Cortes, que se celebráraõ em vinte e quatro de Outubro de seiscentos e sincoenta e trez, a Consulta, que me fez a Junta dos Trez Estados, e papeis de conta, que com ella vieraõ do dinheiro, com que o Reino me servio desde as ultimas Cortes de 645: até o presente para as despezas da guerra, porque se mostrava o que tinhaõ importado as contribuições em commum, e em particular, e o como se despendêraõ, com declaração de cada partida, e o que faltava para cumprimento dos dous milhoens, cento e sincoenta mil cruzados, que o Reino julgou por precisamente necessarios para sua defenſa, e conservação, e que o intento, com que convocára as Cortes, fora para acodir ás faltas das Fronteiras, e remediar as necessidades dos Soldados, que se não faria facilmente, sem se contribuir com o que estava assentado; me offerecêraõ em primeiro lugar, depois de conferirem entre si em particular, e em commum esta proposta, que me serviriaõ por computo certo em hum milhaõ, e trezentos mil cruzados cada anno pelo meio da decima, e com mais cem mil cruzados, que se poriaõ em deposito para a occasiaõ, em que o inimigo accommettesse alguma Praça do Reino, e assim mais com os outros effeitos orçados nas ultimas Cortes em quatrocentos e sincoenta mil cruzados; e tratando de se fazer repartição no estado dos povos da dita quantia, para conforme a ella se distribuir pelas Comarcas, se tornou a deliberar que convinha mais a meu serviço, e defenſa do Reino contribuir por decima direita sem acrescentamento algum; porque sendo bem lançada, e com igualdade, que a justiça pede nas rendas, trato, e maneyo, e dado justo preço ao valor dos frutos, viriaõ a importar muito mais daquillo, que se promettia por computo certo, e que em lugar dos cem mil cruzados, que se tinhaõ offerecido para o deposito, davaõ mais ametade de hum quartel da mesma decima direita para se tirar, com provavel noticia de o inimigo querer invadir alguma Praça, e se depositar, e não despenderia em outro effeito; e crescendo, ou não sendo necessario, ficaria por conta da Decima,

A

com

com advertencia, que cobrando-se em hum anno o dito meyo quartel, se não cobraria no mesmo anno outro, ainda que houvesse nelle segunda invasão do inimigo; offerecêraõ mais, que no caso de huma invasão muito poderosa, poderia eu pelo mesmo effeito da Decima mandar tirar tudo o que julgasse necessario para ella; e que depois para a despeza ordinaria da guerra se continuaria com os mesmos effeitos avaliados em quatrocentos e sincoenta mil cruzados. E reconhecendo os Trez Estados o grande beneficio, que o Reino por este modo recebia, e correspondendo á sua obrigação, e confiança, que devo fazer do animo de meus Vassallos nas occasioens de meu serviço, e bem commum do Reino, deliberáraõ cada hum per si, e todos juntos servir-me com os ditos effeitos pelo modo assima referido, com declaração, que o estado Ecclesiastico, a saber, o Clero, Religioens, e Freires das Ordens Militares, e Inquisiçoens, contribuiria por sua parte com cento e sincoenta mil cruzados effectivos; e que a Decima direita dos bens patrimoniaes ficasse por conta da Decima secular do Reino; e que esta contribuição duraria por tempo de trez annos, se tanto durasse a guerra contra Castella; e durando ella, passados os ditos trez, ou quatro annos, chamaria os povos para se prorogar, e o procedido della se applicaria sómente á despeza das Fronteiras, sem se devertir a nenhum outro effeito; e porque nesta fórma o Reino dava tudo o que lhe era possivel para a despeza da guerra, se lhe não pederiaõ daqui em diante as contribuiçoens extraordinarias de mantimentos de trigo, cevada, e palha, carros, carretas, e trabalhadores; e que pedindo-se alguma cousa destas, se lhe pagaria pelo preço, e estado da terra; e que nunca poderia haver na Decima accrescentamento algum, nem pelos usuaes, ou outro qualquer tributo, por quanto se tinha considerado que este era o mayor, que o Reino podia dar, com outras declaraçoens, que tambem tocavaõ á cobrança, e despeza do dinheiro procedido da dita contribuição, a que lhe mandey deferir, reformando o Regimento, que tinha feito nas Cortes passadas de 645. E ultimamente deliberáraõ que para a administração das contribuiçoens, provimentos das Fronteiras, e expediente dos negocios tocantes a esta contribuição se faria nova Junta dos Trez Estados, que se formaria das primeiras, que me propoz o Estado da Nobreza, Povos, e Ecclesiastico. E que nesta conformidade me haviaõ por offerecida a contribuição, com que o Reino me servia para sua defensão, e conservação. E sendo-me presente o dito assento, eu o approvey, e houve por meu serviço. E porque para boa execução delle convém lançar-se a Decima direita em
todas

todas as Cidades, Villas, e Lugares do Reino com igualdade, e brevidade que importa, para que haja dinheiro prompto, e certo, de que se possa prover as Fronteiras, conforme a necessidade, em que se achão, e conduzir as cousas necessarias para ellas de modo, que não só se assegure a defenſa, mas possa o inimigo ſer offendido: Mandey pelas peſſoas, que foraõ eleitas para a Junta dos Trez Estados, por concorrerem nellas grande experiencia, letras, e zelo do meu ſerviço, que vendo para iſſo todos os papeis, que ſe deraõ, Proviſoens, Alvarás, Regimentos, e Reſoluçoens minhas, ſe expediffeſſem logo os deſpachos necessarios para ſe aſſentar a dita contribuiçaõ, e ſe reformar Regimento, e nesta fórma ſe haverem de guardar as ordens, de que até agora ſe uſou, em tudo o que não eſtiver alterado por Decretos meus paſſados a pedimento dos Trez Estados do Reino nas Cortes, que agora celebrey.

T I T U L O I.

Dos Ministros, pelos quaes ha de correr a ſuperintendencia do lançamento, e cobrança.

I P Rimeiramente haverá nesta Cidade huma Junta dos Trez Estados, em que ſe expediráõ todos os negocios, e duvidas, que ſe moverem ſobre contribuiçoens impoſtas para a defenſa do Reino; e mandará tomar conta a todos os Ministros da receita, e deſpeza deſta contribuiçaõ, e terá o poder, e jurifdiçaõ na fórma de minhas ordens, e todas as Juſtiças lhe obedeceráõ, e os Tribunaes ſe não intrometteráõ nas materias tocantes ás ditas contribuiçoens, antes lhe daraõ todo o favor, e ajuda. E para tudo ſer ajuſtado com o aſſento das Cortes, pela licença, que para iſſo lhe dey, ſe formará dos meſmos Trez Estados, a ſaber, de dous Deputados pelo eſtado da Nobreza, e dous pelo eſtado dos Povos, e dous pelo eſtado Eccleſiaſtico, que me foraõ propoſtos por elles, e eu os approvey por ſuas qualidades, e do Procurador de minha Fazenda, hum Secretario, e hum do povo deſta Cidade, que nomeey, que ſempre ſerá dos que ſerviráõ na Caſa dos vinte e quatro, para aſſiſtir na Junta, e ſer preſente aos deſpachos, que ſe daõ; e eſtando trez votos, logo ſe poderá deſpachar.

2 Haverá mais hum Fiscal, que ſerá Miniſtro de grande zelo, confiança, e authoridade, para reſponder, e arguir ás duvidas ſobre o lançamento de todo o Reino, ao qual mandarey fazer mercê, conforme ao que merecer.

3 E tambem haverá nesta Cidade hum Thesoureiro geral na fórma, que tenho assentado, com Escrivão particular de sua receita, pelo qual ha de correr toda a despeza do dinheiro de seu recebimento, conforme a este Regimento, e outro que lhe será dado no que toca á administração de seu cargo; e o dito dinheiro se recolherá em huma arca de trez chaves, das quaes elle terá huma, e outra a pessoa do Povo, que assistir na Junta dos Trez Estados, e a terceira hum dos Ministros da mesma Junta, que por ella se nomear.

4 E para muito igualmente se haverem de lançar, e cobrar as Decimas em cada huma das Freguezias desta Cidade, e seu termo, assistirão as pessoas seguintes: Hum Superintendente, hum Nobre, e hum do Povo, nomeados para as Freguezias da Cidade pela Junta dos Trez Estados; e nas do termo se observará na nomeação o que até agora se fez, fazendo-se nesta Cidade a eleição do Ministro do Povo com informação do Juiz d'elle, e da pessoa, que pelo dito Povo assiste na Junta dos Trez Estados; e para as Juntas das cabeças das Comarcas nomearão as Camaras hum Nobre, e hum do Povo, consultando para Superintendente trez pessoas, de que a Junta dos Trez Estados, parecendo-lhe, approvará a quem mais convier; e nomeará tambem huma pessoa das mais nobres, natural, ou moradora na cabeça da Comarca, os quaes Ministros juntos com o Provedor, Corregedor, e Juiz de fóra assistirão em huma Mesa redonda sem precedencia, e em Camera se elegerá hum Escrivão, e hum Thesoureiro, que sejam dos mais ricos, e abonados da terra; e tambem se elegerá hum Fiscal para o mesmo effeito, que se declara no §. 2. do Fiscal, que ha de assistir á Junta dos Trez Estados. E tambem haverá Fiscal particular em cada huma das Freguezias desta Cidade, e seu termo, e de todo o Reino nomeado pelas Camaras.

5 E por quanto as pessoas, que haõ de assistir na cabeça da Comarca não podem no mesmo tempo fazer os lançamentos em todos os lugares della, a Junta da cabeça da Comarca repartirá pelo Provedor, Corregedor, e Juiz de fóra os lugares, em que se haõ de fazer os lançamentos, e cada hum delles irá aos que lhe couberem; e quando por algum caso muito urgente não possaõ ir a todas as partes, procurarão que seja antes nos lugares, aonde houver Juiz Letrado; porém não indo a algum lugar, aonde não haja Juiz Letrado, a Junta da cabeça da Comarca lhe nomeará Superintendente, e os ditos Julgadores das cabeças das Comarcas nos lugares de sua repartição com o Juiz de fóra, se ahi houver, faraõ eleger em Camera hum homem dos mais honrados,

dos, abonados, e ricos, pelos quaes se fará o lançamento na fórma, que se dispoem neste Regimento, e com hum Escrivão, e Thesoureiro na fórma assima dita; e não dando o lançamento feito no tempo, que se lhe limitar, se procederá contra elle como parecer justiça.

6 Na Junta de cada hum dos lugares se elegerá hum dos mais abonados homens, que houver em cada huma das Freguezias de seus termos, para nelles receber os quarteis, e os levar, e entregar ao Thesoureiro de seu destrito; e outro, que servirá com elle Escrivão, para assentar os pagamentos, e passar escrito delles, como ao diante irá disposto, para que assim os moradores dos termos das Cidades, e Villas não recebaõ molestia em ir a ellas fazer os pagamentos do que lhes for lançado; e ambos saberaõ ler, e escrever.

7 Nenhuma das pessoas, que forem nomeadas para assistir aos lançamentos, e cobranças de Decimas, se poderá escusar por algum privilegio, que allegue, e a Junta de cada Cidade, ou Villa os poderá obrigar sem appellação, nem aggravo. Porém encomendo muito aos Officiaes das Cameras, ou Ministros, que os nomearem, que elejaõ os mais idoneos, e que sem escandalo, nem queixa mais commodamente o possaõ fazer, procurando que sejaõ pessoas, que hajaõ servido na Republica, e tenhaõ experiencia, e não queiraõ esta occupaçaõ, por se escusarem do serviço da guerra; e fazendo a eleiçaõ em outra fórma, lho mandarei estranhar.

8 A Junta, que assistir na cabeça da Comarca, determinará as duvidas, que se moverem sobre os lançamentos de toda ella; e cada Villa terá de alçada até sinco mil reis, e dahi se appellará para a cabeça da Comarca, onde se determinaráõ todas as duvidas de quaesquer quantias, que sejaõ, sem appellação, nem aggravo, e do mesmo modo as penas, que puzer até quantia de quatro mil reis; sómente poderãõ recorrer a mim por via de queixa, e de recurso, o qual sempre me fica salvo, como a Rey, e Senhor, para que se não faça aggravo a meus vassallos.

9 A Junta dos Trez Estados terá grande cuidado de escusar que as pessoas, que assistem ao lançamento, e cobrança das Decimas, levem sellario algum do procedido dellas; mas eu lho havei por serviço, e lhes mandarei fazer mercê com effeito a todos, conforme seu merecimento; porque não será conveniente que o dinheiro, com que o Reino contribue para sua defenſa, se diminua com sallarios. Os Escrivaens, Thesoureiros, Meirinhos, ou Sacadores ficarãõ escusos, em quanto servirem, de todos os officios, e cargos publicos, se elles por sua vontade os não quizerem servir; e a Junta dos Trez Estados terá cuidado de me pro-

pôr os que bem servem, para lhes mandar fazer mercê; e as das cabeças das Comarcas lho farão a saber, avisando também dos que faltaão á sua obrigação.

10 Os Ministros das Juntas castigarão as offensas, que se fizerem aos Officiaes dellas, na fórma, que se castigaão as que se fazem aos Officiaes de justiça; e quando sejaõ feitas por pessoas poderosas, daraõ conta por autos no tribunal da Junta dos Trez Estados, para se proceder contra ellas com a demonstraçaõ, que convém.

T I T U L O II.

Das pessoas, que devem Decima, e das rendas, trato, e maneyo, de que se ha de pagar,

1 **T**Odas as pessoas de qualquer qualidade, e condiçaõ, que sejaõ, Ministros de quaesquer Tribunaes, Universidades, Comunidades, Fidalgos, Nobres, e do Povo, sem excepçaõ de pessoa, ou lugar, ainda que sejaõ fronteiros, que sirvaõ á sua custa, pagarão Decima em cada hum anno de todas as rendas, que tiverem, assim de fazendas, como de juros, tenças, e ordenados, mantenças, moradias, e de quaesquer outros rendimentos; porque sendo imposta em Cortes esta contribuiçaõ para a commua defenfa do Reino, não he justo que algum particular fique escuso della; e pedindose-me algum privilegio, ou izençaõ, para se não pagar, o não darei, e dando-o, quero, e mando que se não cumpra, e guarde, por mais exuberantes clausulas, que leve, e ainda que nelle se faça especial derogaçaõ deste Capitulo; e havendo pessoas, e lugares, que tenhaõ taes razoes, que possaõ por ellas pertender semelhante privilegio, lhes mandarei fazer mercê por outra via, sem se dar exemplo para que outras o peçaõ; e desde logo hei por derogados todos os privilegios, e izençoens, que se houverem passado antes deste Regimento a quaesquer pessoas, ou Comunidades, para se não poder usar mais delles.

2 E porque o estado Ecclesiastico, como taõ obrigado á commua defenfaõ, offereceo também nestas ultimas Cortes contribuir para a despeza da guerra com cento e sincoenta mil cruzados effectivos, e para este effeito elegeo as pessoas, que assistem na Junta dos Trez Estados, lhe encomendo que por parte dos Ecclesiasticos, e Religiosos se dê grande exemplo na igualdade da repartizaõ, e no effeito da contribuiçaõ, no que espero se hajaõ com o zelo, e cuidado, que devem a obrigaçaõ taõ preciza. E por quanto conforme á resoluçaõ das Cortes os bens patrimoniaes dos

dos Ecclesiasticos ficaõ de fóra do donativo , que offerecêraõ , nas Comarcas em quaderno á parte se assentarão os bens , em que cada huma houver desta qualidade , declarando quem possue a tal propriedade , em quanto a traz arrendada , ou o que importa a sua renda , segundo boa estimizaõ ; e este quaderno se mandará ao Tribunal da Junta dos Trez Estados , para que della se mande á Junta Ecclesiastica , a que tocar , para que nella se lance a Decima , e se cobre por elles mesmos , e se remeta a parte do que lhe toca dos cento e sincoenta mil cruzados do seu donativo ; e posto que não he de crer que os Ecclesiasticos contra a disposiçaõ de Direito tenhaõ trato , e maneyo , e dem dinheiro a ganhos , com tudo quando o façaõ , se lhes lançará Decima na mesma fórma , e terá o Ecclesiastico grande cuidado de fazer a seus tempos esta cobrança , e de remeter o dinheiro procedido dellas ás Juntas seculares , a que tocar , e em todas se fará do dito dinheiro particular mençaõ ; porém dos seculares , que deverem ganancias a Ecclesiasticos , se poderá cobrar a Decima na fórma do §. deste titulo.

3 As pessoas , que tiverem officios da Fazenda , ou Justiça , ou quaesquer outros com ordenados , pagarão Decimas dos proes , e precalços , que delles tiverem , os quaes se estimarão por pessoas , que bem o entendaõ , e pelo modo , que mais justamente se puderem arbitrar só em proes , e precalços , delles se pagará Decima pelo dito modo ; o que se entenderá assim nos officios de minha data , como nos que forem dados por donatarios ; e indo algum Desembargador , ou qualquer outro Ministro com alçada , ou outra diligencia de meu serviço , ou seja á custa da fazenda Real , ou das partes , pagará Decima direita do sallario , que lhe for arbitrado com a dita diligencia , elle , e seus Officiaes , o que se não entenderá nos homens do Meirinho.

4 E todos os Medicos , Cirurgiões , e Advogados , que continuaõ os Auditores , ou aconselhaõ em casa , e os Escrivães , Tabelliães , Enqueredores , Solicitadores , Avaliadores , e Partidores , e quaesquer outras pessoas , que com suas sciencias , artes , e officios ganhaõ dinheiro , pagarão Decima do que se arbitrar , que por elles poderão ganhar em cada hum anno.

5 As pessoas , que tiverem negocio , trato , ou maneyo , ou sejaõ naturaes , ou Estrangeiros , que neste Reino negoceem em seu nome , ou de outros , que a elle os mandassem , pagarão Decima do que se arbitrar que ganhaõ cada anno com o tal negocio , trato , ou maneyo do que em seu proprio nome trataõ , ou de sua commissaõ das correspondencias alheas ; e a Junta da Freguezia , donde se mudar algum homem de negocio , mandará cer-

tidaõ á Junta dos lugares para onde for, que declare a quantia, em que estava lançado, e o trato, e maneyo, que tinha.

6 E quando os que negoceaõ, e trataõ, allegarem, e mostrarem que trazem dinheiro alheyo ao ganho, para que se lhes tenha respeito, se terá a isso consideração no lançamento, cobrando-se delles a Decima, que deverem por sua parte, e tambem a que se achar que toca ás pessoas, a que pertencer o tal dinheiro, que lho levarão em conta com escrito do Thesoureiro, a quem foy feito pagamento; e teraõ os Ministros, que fizerem o lançamento, particular cuidado de saber as pessoas, que daõ, e tomaõ dinheiro a razaõ de juro, e conforme as que acharem, se arbitrará o que podem pagar.

7 Os Lavradores, que lavraõ herdades alheas, pagarão Decima do trato, e maneyo, estimando-se o que lhes fica de ganho depois de paga a renda, fazendo-se abatimento do cabedal, com que entraõ de semente, despesa de serviço, criados, e gados, e a risco na incerteza das novidades, para que estimado tudo ao justo no modo que for possivel, se avalie o que lhes fica livre de paõ, criados, e lãa, que se haverá como ganho de maneyo; mas ter-se-ha particular respeito aos Lavradores, que viverem junto ás Fronteiras, pelos danos, que padecem com as entradas do inimigo.

8 E o dono da herdade, que costumava andar arrendada, lavrando-a por si, e por sua conta, pagará Decima do que a dita herdade lhe render, ou podia render quando andava de arrendamento; e além disto pagará tambem maneyo a respeito do que mais póde ganhar em a cultivar por si.

9 E porque alguns Lavradores tem pastores, e mayoraes, que trazem gado seu apartado, ou junto com o de seu amo, se lhes lançará tambem Decima do interesse, que delle tirarem, como de trato, e maneyo.

10 Os officiaes de qualquer officio, sendo Mestres nesta Cidade, não pagarão menos de trez cruzados, e os obreiros de quatrocentos reis; e pelo Reino os Mestres dous cruzados, e os obreiros trez tostoens, e todos dahi para cima conforme se arbitrar; porém se os Mestres forem tão pobres, que pareça na Junta que não devem pagar como Mestres, se lhes arbitrará o que for justo.

11 Os trabalhadores, e jornaleiros, que não tem officio, mas vivem só de seu trabalho, não pagarão menos de dous tostoens, nem mais de quatro a respeito do mais, ou menos, que ganhaõ em cada terra.

12 Os Mestres, que além dos officios, que exercitaõ, tiverem maneyo de compra, e venda para traspassar as cousas, não obrando

do com ellas, ou vendendo parte, assim como Boticarios, que compraõ drogas, e as vendem em ser, assim Cerieiros cera em paõ, Curtidores courama, e quaesquer outros semelhantes, pagarão tambem Decima do trato, e maneyo separadamente.

13 As casas, em que viverem os proprios donos dellas, tambem pagarão Decima do que costumavaõ, ou podiaõ render.

14 E as pessoas, que viverem em casas, que nós lhes damos, ou lhes der alguma Cidade, Republica, ou Communidade para nellas viverem de graça, ou que forem destinadas para certos officios, pagarão Decima do que houveraõ de render, por quanto neste se devem considerar como proes.

15 E se os alugadores disserem que trazem as casas em muito menos preço, do que costumavaõ andar, naõ havendo occasiaõ de abatimento, se ficará entendendo ser graça do dono, e se cobrará a Decima conforme o justo valor.

16 As pessoas, que tiverem ordenados, ou moradias de seus amos, pagarão de cada dez mil reis hum cruzado até quantia de quarenta mil reis, e dahi para cima pagarão Decima inteira.

17 Das rendas das Cameras, e Concelhos, assim desta Cidade, como do Reino, se pagará a Decima por inteiro, e assim mais dos ordenados, que se daõ a seus Ministros, e Officiaes.

18 De todos os juros, tenças, ordenados, assentamentos, e moradias se pagará Decima por inteiro, assim dos que estaõ lançados na Alfandega, e casas desta Cidade, como nos mais Almojarifados, e Comarcas do Reino, e isto por qualquer respeito, que se paguem as taes quantias.

19 E na mesma fórma se pagará Decima de todos os juros, tenças, e ordenados, que estaõ impostos sobre as rendas da Camera desta Cidade, e das mais Cameras do Reino; e assim mesmo do que alguns Donatarios, Fidalgos, ou quaesquer outras pessoas pagaõ de suas rendas, de quaesquer tenças, censos, ou foros perpetuos, ou redimiveis, que foraõ vendidos sobre algumas fazendas para se pagar a quaesquer pessoas de qualquer qualidade, ou condiçaõ que sejaõ, e dos redditos do dinheiro, que alguns particulares, ou Communidades trazem de quaesquer pessoas a razão de juro.

20 Porém dos juros, que se pagaõ ás Misericordias, Hospitales, e Albergarias, e mais rendas applicadas ao sustento de pobres, se naõ pagará Decima; e dos que estaõ applicados para Missas, e Anniversarios, fabrica de algumas Igrejas, ou Capellas, Redempçaõ de cativos, casamentos de orfãs, e semelhantes obras pias, e tem Administrador secular, abatendo-se o que se expende nos ditos encargos pios, pagará o Administrador a Decima

do que lhe ficar livre por sua administração.

21 As casas, que nesta Cidade pagão Decima para as Igrejas, que se fazem nas suas Freguezias, não pagarão entretanto outra Decima.

22 Os orfãos, que viverem por soldada, não pagarão couza alguma della, nem outro sim pagarão Decima os pobres, que pedem pelas portas, nem tambem outras pessoas tão pobres, e miseraveis, que se não sustentão de outra couza, que de esmolas, sobre o que farão os Ministros, que assistem nos lançamentos, as diligencias, que parecerem necessarias.

23 De todas as propriedades, quintas, cazaes, pomares, oliveaes, foutos, terras, vinhas, pastos, hervagens, e quaesquer outras couzas se pagará Decima da renda, e das pitanças, que por estimação serão reduzidas a dinheiro; e das que não andarem arrendadas a dinheiro, mas por certos frutos, ou conta delles, se reduzirão tambem a dinheiro, pelo modo, que neste Regimento vai declarado; porém das marinhas se não pagará Decima, havendo respeito aos muitos tributos, que sobre o sal estão impostos.

T I T U L O III.

Como se farão os lançamentos.

1 **T**Anto que os Ministros nomeados para os lançamentos das Freguezias desta Cidade tiverem recado meu, se ajuntarão na Igreja de cada huma dellas, para tratar de lhes dar principio, e consequentemente todos os dias, que forem chamados pelo Superintendente, que assistirá quanto for possível, e ordenará que haja dous livros principaes, hum delles para o lançamento, e outro para a receita, e cobrança, os quaes serão rubricados, e numerados por elle, com titulo no principio, que diga: Livro do Lançamento, ou receita das Decimas de tal Freguezia, numerado, e rubricado por mim N. que ha de servir em tal anno; e no fim terão hum termo de encerramento, em que declare o numero das folhas, que tem, e como vão numeradas, e rubricadas por elle, o qual termo será juntamente assinado pelo Nobre; e no principio do livro do lançamento andará este Regimento, e o livro da receita estará sempre em poder do Escrivão; e esta mesma forma se guardará em todo o Reino, excepto que os livros serão ordenados, e rubricados pelos Superintendentes das repartições, como tambem nas Freguezias do termo desta Cidade pelo Superintendente dellas.

2 E no livro do lançamento se farão titulos separados das ruas com alfabeto dellas no principio, e irão assentadas as casas pela

pela mesma ordem; em que estão nas ruas, declarando primeiro, que tudo os nomes dos donos das casas, que menos vezes se variaõ, e logo o nome do alugador; e sendo muitos nas mesmas casas, de cada hum se fará differente addicção, continuando-se com papel em branco, que baste para nelle se escrever se o dono he morto, ou as vender, e alhear, ou se mudar o alugador; e para maior clareza se fará declaração do trato, e maneo, proes, e precalços, ordenados, tenças, ou mantenças, que não estiverem assentadas em outra parte.

3 E depois que no livro do lançamento estiverem lançadas as ruas, e moradores, com o que pertence a cada hum pagar, se iraõ trasladando as addicções no livro da receita, não se escrevendo mais em cada pagina, que os titulos de duas pessoas, deixando papel em branco para os termos das pagas; e na margem de cada addicção estará accusada a folha do livro do lançamento, de que ella se copiou, e na margem da addicção do livro do lançamento estará accusada a folha do livro da receita para onde se passou, para que com mais facilidade se possa ver se houve erro, ou estão conformes.

4 Destes livros se faraõ duas copias, que accusaráõ em cada titulo as folhas do livro do lançamento, para hum destes cadernos se enviar á Junta dos Trez Estados, para della se remetter á Contadoria geral, e Registro, para se armar a conta, e por ellas se fazer a cobrança, e o outro ficar na cabeça da Comarca, ou no Superintendente do termo de Lisboa, porque nas Freguezias desta Cidade se póde escusar este caderno.

5 Os livros nesta Cidade se começaráõ pelo S. Joaõ, e acabarão em outro tal dia; porém no termo, e em todo o Reino de Janeiro a Janeiro, e huns, e outros duraráõ só hum anno, e do livro, que acabar, se iraõ passando as addicções, e titulos para o livro, que ha de servir o anno seguinte, emendando-se os moradores, que morrêraõ, ou se mudáraõ, as casas, que caíraõ, as que se fizeraõ de novo, os homens de trato, ou officios, que faltáraõ, e os que de novo accrescêraõ.

6 E antes de se lançar em livros cousa alguma, puxaráõ pelos roes das confusões, e mandando chamar a cada hum dos freguezes em particular, se informaráõ delles das rendas que tem, e dos officios, trato, ou maneo, que exercitaõ, para conforme ao disposto neste Regimento se saber o que haõ de pagar, declarandose lhes que se encobrirem alguma cousa, perderão todo o interesse, que tiverem della aquelle anno por inteiro; e não acodindo no termo, que lhes for limitado, mandar ás ditas noticias, feraõ

serão lançados, e executados á reveria; e além destas informações, tomarão outras particulares de pessoas, que bem as possam dar, fazendo apontamentos de tudo em caderno particular, em que se irão lançando, com declaração dos nomes, das rendas, tratos, e officios, para depois de apurado, e examinado tudo, se lançarem nos livros assim declarados.

7 E tomadas as ditas informações, se irão correndo todas as ruas, e districtos da Freguezia, perguntando pelos moradores, para conferir se ha mais algum, ou se variarão depois do rol da confissão; e com informação nova das pessoas, fazendas, officios, e trato se irão ajustando as addições na forma deste Regimento, para que feitos os assentos com toda a execução possível, se possam lançar no livro.

8 É porque nesta Cidade ha homens de negocio, que vivendo em huma rua, tem logea em outra, e na em que vivem se não podem saber ao certo a qualidade, e importancia do trato, como, se sabe na rua, ou parte, em que negoceaõ; por tanto o maneo, e trato para pagar a Decima se avaliará, e lançará, não na rua, em que moraõ, mas na em que tiverem o trato, e maneo.

9 E nas informações, que se tomarem sobre as propriedades arrendadas, se puxará pelas escrituras, ou escritos razos dos arrendamentos; e constando depois que foraõ arrendadas em mais do que se declara nos escritos, ou escrituras, que se mostráõ para fraudar a Decima, toda a renda daquelle anno se perderá para a despeza da guerra.

10 Na Decima do aluguer das casas se abaterá a Decima para concertos.

11 E ficando as casas por alugar, ou tomádo-se para quartel de Soldados, ou aposentadoria, se lhe não lançará mais Decima, que daquillo, que com effeito se lhe pagar; e em cada huma das Freguezias desta Cidade, e nos mais Lugares do Reino se fará no livro da receita declaração das casas, que ficáõ por alugar todo, ou parte do anno, e o mesmo em quaesquer outras propriedades, que ficarem devolutas; e quando os donos dellas ainda tirem algum proveito, a esse respeito se lhe lançará a Decima.

12 Em todas as propriedades se lançará Decima por inteiro, respeitando o rendimento sem se abater foro, pensão, ou censo, para se haver de cobrar do arrendador, ou pessoa, que trouxer a tal propriedade, por quanto assim convém á boa arrecadação; e a parte da Decima, que toca ao foro, pensão, ou censo, se descontará aos que fizerem os pagamentos na forma, que fica disposta neste Regimento.

Por

13 Por quanto muitas vezes as propriedades não estão arrendadas a dinheiro, mas a frutos, e a Decima se não ha de cobrar nelles, por escusar Officiaes, salarios, gastos, e inconvenientes, se terá no lançamento dellas a fórma seguinte.

14 Se as herdades, terras, vinhas, olivaeas, pomares, fountos, ou quaesquer outras propriedades andarem arrendadas em quantidade certa de moyo, ou alqueires de trigo, cevada, centeyo, milho, aveia, legumes, castanha, ou medidas de azeite, e vinho, milheiros de fruta, páos, feixes de arcos, ou de outra qualquer cousa, as pessoas, que fizerem os lançamentos, com informação de homens bons ajuramentados porão preço a cada huma das ditas cousas, vendo o valor, que tiverão os cinco annos antecedentes; e tomando delles o preço do meio moderado, esse ficará escrito nos livros do lançamento, e cobrança, para conforme a elles se cobrar a Decima das ditas rendas reduzidas a dinheiro.

15 Quando as propriedades se acharem arrendadas não por coula certa mas de meas, ao terço, ou quarto, e ficar incerto o rendimento, e não se puder suspender a conta do lançamento, far-se-ha a estimação do que ha de pagar, vendo-se o rendimento dos cinco annos antecedentes, de que se tomará o do meyo.

16 E por quanto muitas propriedades de pão se semeão huns annos com mais trigo, e outros com mais cevada, e assim de outros generos de pão, se estimarão pelo rendimento dos cinco annos passados, tomando o meyo do rendimento do trigo, e assim das mais especies de pão, de modo que não fique fraudada a Decima, nem o Lavrador mais carregado do que for justo.

17 Os arrendadores das casas, herdades, olivaeas, e quaesquer outras propriedades, não só pagarão a Decima das rendas, que são obrigados pagar aos senhorios; mas tambem dos foros, e censos, que elles pagão a outras pessoas, assim no caso que as rendas sejam de dinheiro, como sendo de frutos, pelo preço, que for arbitrado; e quando os senhorios queiraõ que as rendas se lhes paguem por inteiro, devem ter dado aos arrendadores dinheiro, para pagarem por elle a Decima aos quarteis; e não lho havendo dado, poderão os arrendadores descontar-lhes em frutos tudo o que por elle pagáraõ a dinheiro, ainda que valhaõ mais.

18 E parecendo que nas Cidades, e Villas mayores, como Evora, Coimbra, Porto, Santarem, Guarda, Lamego, e Setuval, seja mais facil, e conveniente fazer lançamentos separados por cada huma das Freguezias com Ministros differentes, assim se fará; porém sendo possível aos Ministros da Junta lançar toda a Cidade, ou Villa, será por elles feito o lançamento em quader-

nos

nos separados de cada Freguezia, para depois se lançar em livro.
19 Aos senhores de terras, e pessoas muito poderosas, que vivem em suas fazendas, lançarão as Decimas os Provedores com os Ministros da cabeça da Comarca, tomando-se informação secreta das Juntas dos Lugares, ou Freguezias, a que tocam, e dos tombos, e Rendeiros das ditas fazendas; porque a experiencia tem mostrado que nas Juntas dos Lugares, ou Freguezias se lhes não faz lançamento com igualdade; e depois de feito nesta forma, se remetterá á Junta, a que pertence, para se executar.

20 E por quanto para se cobrarem as Decimas como convém, se haõ de lançar as fazendas nas Freguezias dos lugares, em que estão, ainda que os donos vivaõ em outra parte, porque a tal fazenda se reputa por hum tal morador em cada huma dellas, e ahi se sabe muito melhor de seus rendimentos: Ordeno, e mando, que a nenhum senhor de terras, ou outra qualquer pessoa se lance Decima juntamente em hum lugar de todas as propriedades, e rendas, que tem em diversas partes, mas separadamente sejaõ lançadas nos lugares, em que se acharem, onde se cobrarão do Feitor, Administrador, ou Rendeiro, que as trouxer; e pedindose-me Provisão contra o disposto neste Capitulo, a não passarey, e concedendo-a, se não guardará, ainda que della se faça especial derogação; e quaesquer Provisões, e privilegios, que em contrario sejaõ passados antes deste Regimento, desde logo ficarão por elle derogados, e sem effeito algum.

21 A Universidade de Coimbra paga setecentos mil reis de computo certo; e posto que a mayor parte de suas rendas sejaõ Ecclesiasticas, não farão pelo computo dos cento e cincoenta mil cruzados; e as Camerás, em que houver rendas applicadas aos partidos dos Medicos, e Boticarios da Universidade, pagarão tambem a Decima do que lhes couber, e o Prebendeiro do que ganhar, como tambem nos lugares, em que as rendas particulares estiverem, os Rendeiros, que as trouxerem.

22 E para que as Decimas se possaõ inteiramente cobrar de tudo o que por este Regimento se deve, o Escrivão mais antigo de cada hum dos Concelhos, Tribunaes, Juntas, e quaesquer Casas de despacho, seraõ obrigados dentro de hum mez depois da publicação deste Regimento a dar hum rol dos Officiaes, que lhes pertencem, com declaração dos que levaõ ordenados nas folhas de minha fazenda, e dos que não vaõ assentados nellas, com os nomes das pessoas cujos saõ, e das que os servem, os quaes se entregaráõ na Junta dos Trez Estados, para della se remetterem ao registro geral.

23 E nas Cidades, Villas, e Lugares do Reino farão os Escrivães das Cameras relações por menor de todos os officios, que houver em seu destrito, e dos ordenados, que tem, onde se lhes pagaão, com os nomes das pessoas cujos são, ou sejaão dados por mim, ou por Donatarios.

24 E os Escrivaens da Camera desta Cidade, e mais Lugares do Reino farão roes das rendas, que tem as ditas Cameras, e Concelhos, com declaração do que dellas se costuma pagar, e dos juros, e tenças, que lhes tiverem imposto, com os nomes das pessoas, a que se pagaão, os quaes entregarão nesta Cidade na Junta dos Trez Estados, e nos mais Lugares do Reino nas Juntas, a que pertencer.

25 E os Almoxarifes, Executores, Thesoureiros, ou Recebedores das Comarcas daraão outro fim na Junta, a que tocar, certidoens das folhas com as mesmas declaraçoens.

26 E dos juros, tenças, ordenados, fóros, e censos, que os Donatarios tiverem assentado sobre suas casas, e rendas, daraão seus Almoxarifes, Prebendeiros, Feitores, e Rendeiros relações com as mesmas declaraçoens assima ditas nas Juntas, a que pertencer.

27 E os Officiaes, que encobrirem nas relações, que derem, alguma cousa, sendo Ministros meus, ficarão inhabeis para me servir, e pagarão o dobro; e sem embargo disso se cobrará a Decima da pessoa, que a dever.

28 Acabada de lançar a Decima, e feito encerramento no livro, não poderá a Junta no mesmo anno alterar, nem abaixar, mas poderá no anno seguinte descontar o que se entender que foy lançado, e cobrado de mais, como se costuma fazer nas fizes; porém sempre fica livre appellação, e aggravo sem suspender a execução para a Junta da cabeça da Comarca, e do lançamento da Junta da cabeça da Comarca para a dos Trez Estados, como tambem o recorrer a mim como Rey, e Senhor por via de queixa, e de recurso.

29 E acontecendo algum caso, que neste Regimento não vá especificado, parecendo ás pessoas, que assistem nas Juntas, que por extensaão, ou comprehensaão se poderá determinar, assim o farão, e para o futuro me daraão conta na Junta dos Trez Estados, para se lhes ordenar o que houver por meu serviço.

30 E ás pessoas, que fizerem os lançamentos, encomendo muito que lancem com grande igualdade suas fazendas, e as dos Fidalgos, e poderosos, aos quaes tambem encarrego o não encontrem por nenhuma via, para que delles se tome exemplo; porque de assim o fazerem me haverey por bem servido, e o

con-

contrario, que delles não espero, lhe estranharey, mandando-me informar, para que me seja presente como se tem procedido neste particular.

31 E constando-me que houve malicia nos lançadores para aliviarem alguma pessoa na propriedade, trato maneyo, ou outra qualquer cousa, pagará o lançador por sua fazenda outro tanto, quanto havia de pagar o que ficou por lançar, de que também se cobrará a Decima, que dever; e se também por malicia lançarem mais do que for justo, justificando-se, pagarão os lançadores á parte o dobro do que lhe lançáraõ de mais.

32 Acabado o lançamento no livro, se trasladará em outro para a receita, como fica disposto, e o do lançamento estará em poder do Thesoureiro, e o da receita no do Escrivão, que sempre seraõ dos mais ricos, e abonados; porque não o sendo, ficará o dano, que dahi resultar, carregando sobre os Officiaes, que fizeraõ as taes eleiçoens.

33 E nas cabeças das Comarcas, além dos livros dos lançamentos, e receitas, haverá outro, que tenha o que rendeo aquella Cidade, ou Villa, que he a cabeça, com todas as suas Freguezias, e as do termo separada, e distintamente, e titulos particulares de cada hum das outras Villas, e Lugares della; e para este effeito de todos se lhes enviarão quadernos do que rendem, com toda a clareza necessaria para por elles se fazer registro, os quaes lhe seraõ enviados pelas pessoas, que assistirem nas Juntas particulares.

34 E tanto que na cabeça da Comarca estiverem as relações do que importaõ as Decimas em cada hum dos Lugares della, se enviarão ao Registro geral na fórmula, que por seu Regimento se lhe tem ordenado, e se dará conta das cobranças pelos Superintendentes no tempo, em que os quarteis forem vencidos, para que seja presente o que se deve, e está cobrado.

35 E assentadas as Decimas nesta fórmula, logo cessaráõ as contribuiçoens extraordinarias, que aos povos se pediaõ; e mando que daqui em diante lhes não seja pedida cousa alguma, sem se lhes pagar pelos preços da terra; e que a gente da Ordenança não seja obrigada a acodir ás Fronteiras, salvo quando o inimigo fizer tão grande invasaõ, que seja necessario acodirem todos na fórmula, que se declara no Alvará junto.

TITULO QUARTO

Da fórmula, que se terá na cobrança, e recebimento das Decimas.

1 **F**eito o lançamento na fórmula deste Regimento, depois de vencidas as pagas nos tempos, que abaixo se declaraõ,

raõ, se poraõ editaes, e lançaráõ pregões, pelos quaes sejaõ avistados os que haõ de pagar Decima, que em termo de dez dias primeiros seguintes vaõ levar suas pagas ás Igrejas de suas Freguezias, onde assistiráõ aquelles dias continuamente os Thesoureiros, e Escrivães, que iráõ fazendo assentos nos livros da receita do que se pagar, assinaõs pelos Thesoureiros, e com clareza, naõ se recebendo dinheiro por outro modo, nem se pondo as pagas á margem por cifra, como em alguns recebimentos se usa, e dos que se cobrar daraõ escritos ás pessoas, que os pedirem, referindo-se as folhas do livro, em que ficaõ lançados; e poderáõ as Juntas, a que pertencer, castigar nos casos, que lhes parecerem, ao Escrivaõ, que receber sem Thesoureiro.

2. E passados os dez dias, a mesma Junta, que assiste ao lançamento, e cobrança das Decimas, mandará logo executar aos que naõ tiverem pago pelos Alcaldes, Meirinhos, e mais Officiaes de justiça, que todos seraõ obrigados a lhe obedecer, fazendo as diligencias, penhoras, vendas, e arrematações, que forem necessarias; e os taes Ministros, e Officiaes de Justiça seraõ taõ diligentes nestas execuções, que as daraõ feitas dentro em dez dias depois de lhes serem entregues os roes das pessoas, que haõ de executar; e naõ o fazendo assim, ficaráõ suspensos por seis mezes irremissivelmente, e pela segunda vez haveráõ a mesma suspensão, e pagaráõ o que deixarem de cobrar, e pela terceira perderáõ seus officios, e pagaráõ as quantias dos roes; e sendo serventuarios, teraõ a mesma pena pecuniaria, e suspensão, e pela terceira vez ficaráõ inhabeis para mais me servirem. E os Julgadores das Comarcas, que deixarem de cobrar a Decima no tempo, que para isso lhes for assinado, ficaráõ tambem suspensos de seus cargos, e naõ poderáõ ser admitidos a elles sem darem a cobrança feita; e quando isto naõ bastar, o Tribunal da Junta dos Trez Estados os mandará emprazar para esta Corte, e me dará conta, para lhes mandar dar o castigo, que merecer sua culpa; e quando ás Juntas das cabeças das Comarcas parecer fazer alguns Meirinhos com seus Escrivães cobrança, será com a moderação, que convém, e nos lugares, que forem capazes para isso; e o Superintendente geral do termo para este effeito dará conta na Junta dos Trez Estados; e quando os devedores naõ pagarem, os poderáõ prender, mas por estas diligencias se naõ levará dinheiro algum, nem se levará carceragem aos prezos, nem seraõ embargados nas cadeas por causa civil, ou crime.

3. A Decima se pagará aos quarteis, e só nas casas de Lisboa será em duas pagas, as quaes se cobraráõ anticipadas, principalmente

mente a do S. João em razão do embarço das mudanças, pondo-se para isso editaes nos primeiros dias de Dezembro, e Junho.

4 E se feita toda a diligencia ficarem no fim do anno algumas partidas por cobrar, os Superintendentes as farão declarar nas ultimas folhas do mesmo livro, em que se ficaõ a dever, ou em quaderno junto, do que fará tirar traslado, que se carregará em receita por lembrança sobre o novo Thesoureiro.

5 Os Provedores, e Corregedores em correição saberaõ se as Decimas se cobráraõ nos quarteis, em que se deviaõ; e estando-se devendo, as farão cobrar; e não o fazendo assim nos Lugares de suas Provedorias, e Comarcas, se procederá contra elles como fica dito.

6 Os Thesoueiros, e Almoxarifes da Alfandega, e Camera, e mais Casas desta Cidade entregaráõ ao Thesoureiro geral, que nella assistir, as Decimas dos juros, tenças, e ordenados, conforme vay declarado neste Regimento; e não lho entregando com pontualidade aos quarteis por inteiro, o Tribunal da Junta dos Trez Estados os mandará executar, e proceder contra elles, até com effeito fazerem a entrega. O mesmo se entenderá com os Almoxarifes do Reino, e com os Administradores, e Rendeiros dos Donatarios, e Fidalgos nas Juntas particulares.

7 E porque pôde succeder que os juros, tenças, e ordenados se não paguem por inteiro, o que se não pôde saber nos primeiros quarteis em razão de irem algumas rendas por orçamento, os Almoxarifes tiraráõ certidões dos Provedores das Comarcas do que ellas rendêraõ aquelle anno, para que conforme ao rateamento, que se fizer, se desconte às partes a Decima no ultimo quartel.

8 E os Escrivães, e Thesoueiros dos Lugares das Comarcas carregaráõ no livro em titulos separados das Freguezias os quarteis, que receberem de cada hum dos Thesoueiros dellas; e affinado o termo do recebimento, se passará conhecimento ao que fez entrega; e na mesma fôrma farão estês a entrega aos Thesoueiros das cabeças das Comarcas; e a despeza da condução se fará por conta das Cameras, e Concelhos daquellas Villas, e Lugares donde for.

9 E recebido o dinheiro na fôrma referida, meterse-ha em sua arca de trez chaves, de que terá huma o Thesoureiro, e as outras dous Ministros da Junta dos eleitos pela nobreza, e povo; e com assistencia de todos se tirará o dinheiro, que se houver de entregar, como abaixo irá declarado, e na mesma arca se meteráõ as satisfações, que se derem ao Thesoureiro; porque deste modo

modo nem o dinheiro se poderá defencaminhar, nem o Thesou-
reiro ter perda alguma.

10 O dinheiro que se cobrar desta Cidade, e vier della das Comarcas, do que sobejar da despeza das Provincias depois de se carregar em receita ao Thesoureiro, se meterá na arca, onde tambem se guardarão os livros da receita, e despeza; e o livro da receita terá titulos separados das Comarcas, para com facilidade constar a qualquer tempo o que se recebeo.

11 E para se evitarem gastos de se trazer o dinheiro a esta Cidade, e o levarem depois ás Fronteiras, se mandará conduzir a ellas das mesmas cabeças das Comarcas, e será na fórma seguinte:

O dinheiro procedido das Comarcas da Beira, que for necessario para a despeza daquella Fronteira, se depositará na Cidade da Guarda, e irá relação da Junta dos Trez Estados do que se ha de despende, e he necessario na mesma Fronteira, conforme as mezas, que lhe couberem, e tambem das Comarcas, de que se ha de conduzir o dinheiro, que sempre devem ser as mais visinhas; e na mesma fórma se fará nas outras Fronteiras, depondo-se o necessario para a de Traz os Montes na Torre de Moncorvo, em Vianna o de Entre Douro, e Minho, e em Evora o de Alentejo, e o do Algarve em Tavira, onde se mandarão as mesmas relações na fórma referida; e o dinheiro assim remettido se porá nos ditos lugares em parte segura em huma arca de quatro chaves, que terão os Thesoureiros das ditas Comarcas, hum Ecclesiastico authorisado, nomeado pelo Cabbido, a quem toca, hum Vereador, e hum Mestre, ou Procurador do povo eleito pela Camera; e nella haverá dous livros, hum da entrada, e outro da sahida, em que se farão os termos por todos affinados, e de que se passarão conhecimentos em fórma, que tambem affinarão as ditas pessoas.

12 E dos conhecimentos se não levará dinheiro algum, nem os Escrivaens o levarão dos assentos de paga, nem dos escritos, que delles derem ás partes; e as despezas ordinarias se farão por conta das Cameras, e Concelhos.

13 E em nenhuma parte deste Reino se arrendarão as Decimas, por se não accrescentar molestia aos povos, nem se situará nellas juros, ou tenças.

14 Os outros effeitos, que se applicão aos gastos da guerra em quantia de quatrocentos e cincoenta mil cruzados, se tanto renderem, a saber: os bens confiscados, e de ausentes, real d'agoa desta Cidade, e do Reino, meas annatas, direito novo do assucar, o donativo das Ilhas, o rendimento do Estado de Bragança,
se

se cobrarão também por ordem do mesmo Tribunal da Junta dos Trez Estados, e os Provedores feroão obrigados levar em conta aos Officiaes das Cameras os custos, que fizerem os Thesoureiros em levarem o dinheiro às cabeças das Comarcas, conforme ao Regimento, e estylo de minha fazenda.

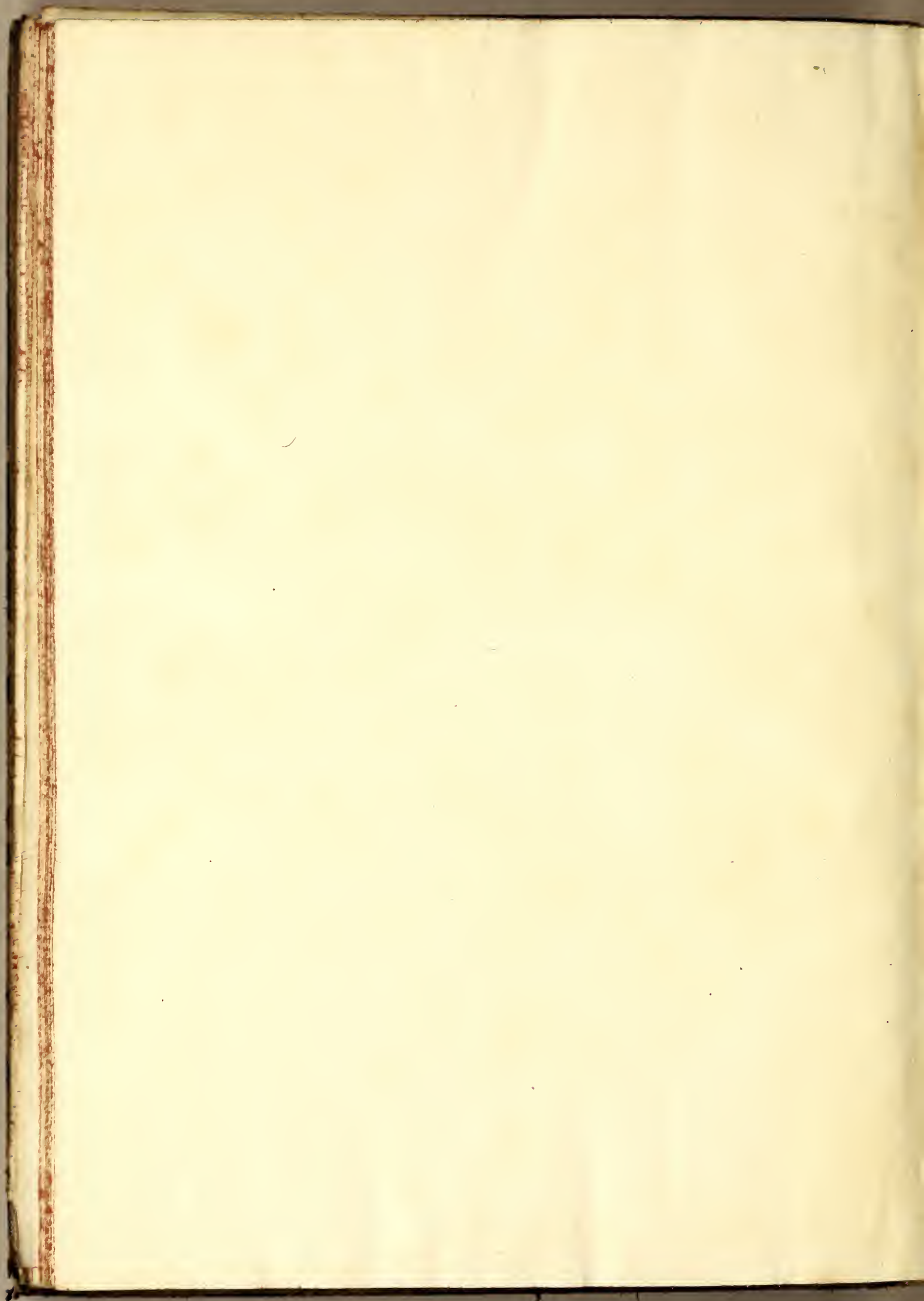
15 E como a Camera desta Cidade, que he a cabeça do Reino, por me servir, tem obrado tudo o que della se podia esperar, confio que as mais Cameras se haveraão com o mesmo zelo, e que cada huma pertenda adiantar-se no cuidado da defensão commua, e cumprimento do que seus Procuradores promettêraão nestas Cortes, lançando as Decimas com tanta igualdade, que se possa acodir às Fronteiras sem outra contribuição.

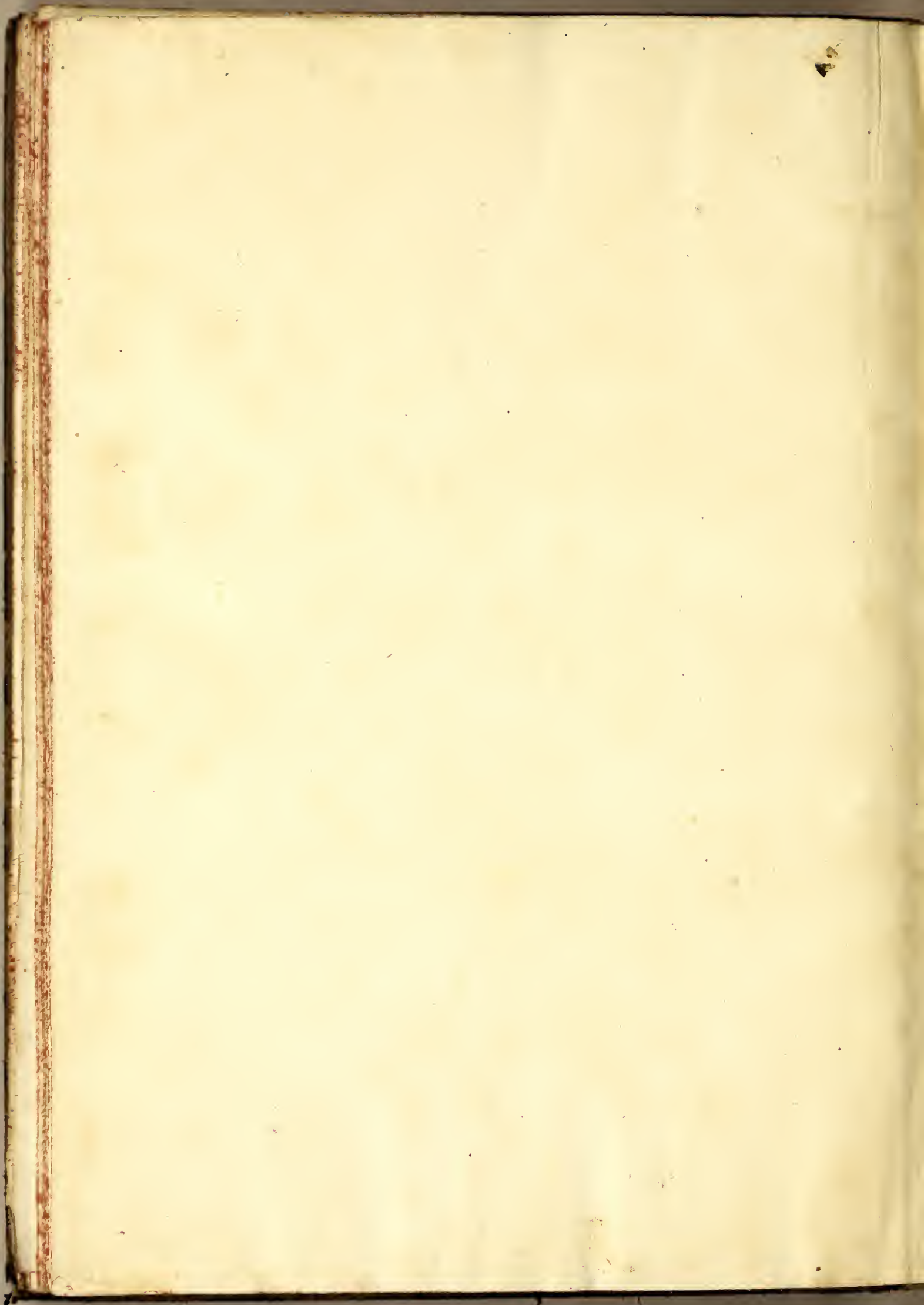
16 E este Regimento se imprimirà, e se mandarão copias delle aos Tribunaes, e Ministros, que necessario for, e às cabeças das Comarcas para os Ministros, que em todas as partes dellas houverem de assistir a este negocio; e aos que forem impressos, e assinados por dous Ministros da Junta dos Trez Estados se darà tanta fé, e credito, como se fossem por mim assinados; e quero que valha como carta passada em meu nome, sem embargo de seu effeito haver de durar mais de hum anno, e de não passar pela Chancellaria, não obstante as Ordenações do livro 2. titulo 39. e 40. que para este effeito, com todas as mais Leys, Ordenações, Privilegios, e Capitulos de Cortes, que em contrario fação, hey por derogados de minha certa sciencia, poder Real, e absoluto, e nenhum Alvarà, e Regimento sobre esta materia terá effeito algum na parte, que encontrar este, porque quero que se cumpra, e guarde assim, e da maneira, que nelle he conteudo, e declarado. Miguel de Azevedo o fez em Lisboa a nove de Mayo de mil e seiscentos e sincoenta e quatro. Luiz Mendes de Elvas o fez escrever.

R E Y.

O Marquez Almirante.

Regimento da forma, porque se ha de fazer o lançamento, e cobrança das Decimas, que os Trez Estados do Reino offererão em Cortes para a despesa da guerra.





08
P8539
1762
3
1-SIZE

7 decrees; apparently complete
(3 l.), 14 p., (2 l. m.s.), (1 l.), 20, 31, 23, 8 p., (1 l.),
26 blanks in all
SS 5/4/95

